

**A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL:
TRINTA ANOS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA**

Autor: Reuel Secunde Gonçalves¹

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Paulista – UNIP e mestrando em Administração Pública pelo Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFAP/UFT. E-mail: reuel.secunde@mail.uft.edu.br

A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL: TRINTA ANOS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho foi mensurar a produção acadêmica sobre a privatização de empresas estatais no Brasil de 1990 a 2019. Para isto, lançou-se mão de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) que buscou artigos científicos publicados em revistas acadêmicas nos últimos 30 anos. O estudo se mostra relevante diante do cenário político atual e da linha ideológica do governo, que tem a privatização de empresas públicas como ponto importante da sua agenda. No entanto, embora haja a possibilidade de o assunto estar sendo abordado em trabalhos que não fizeram parte do escopo desta pesquisa, como congressos, dissertações e teses, os resultados encontrados não são animadores. A produção se mostrou incipiente, muito aquém da relevância do assunto.

Palavras-chave: Privatizações. Empresas públicas. Estatais brasileiras.

1. INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 1970 o mundo vem assistindo à diminuição do raio de atuação do Estado frente ao aumento do poderio do mercado, marca registrada do neoliberalismo. Gradativamente, o espaço que o setor público ocupou por boa parte do século XX passou a ser preenchido por entes privados. A mudança, ocorrida dentro do sistema capitalista, começou a partir da Inglaterra, de Margaret Thatcher, adentrou os Estados Unidos, de Ronald Reagan, e em pouco tempo se espalhou por todo o planeta. É dentro deste contexto que se encaixa a privatização de empresas estatais (CHAVES; FRAZÃO, 2009; SIQUEIRA, 2008; DWECK, 2000).

No Brasil, as primeiras experiências com a venda de empresas públicas aconteceram na década de 1980, porém, foi nos anos 1990 que a privatização, ou desestatização, como também ficou conhecida por aqui, tomou uma forma realmente robusta (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2000). De acordo com Biondi (2003), com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (que governou por dois mandatos, de 1995 a 2002), alinhado às políticas neoliberais, o Brasil passou a ter a privatização como foco do governo, tendo o saneamento das contas públicas por justificativa. Neste período, grandes empresas estatais, como, por exemplo, a Telebrás e a Vale do Rio Doce, foram leiloadas.

A partir de 2003, a despeito das concessões e privatizações, detalhado ano a ano, na aba *histórico* no sítio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o tema perdeu espaço (BNDES, 2020). Isto é facilmente explicado pelo espectro político dos governantes que seguiram no poder até 2016, Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2010) e Dilma Rousseff (de 2011 a 2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 2018, o ideário neoliberal e, conseqüentemente a privatização, voltou ao cenário político nacional. No plano de governo do então candidato à presidência da república, Jair Messias Bolsonaro, disponível no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), há a defesa da privatização de estatais como forma de obter recursos para o pagamento da dívida pública, com a justificativa de que o debate sobre a venda e concessão de empresas públicas deveria ser regido não por ideologia, mas pela “eficiência econômica, bem-estar e distribuição de renda” (BRASIL, 2018).

Após a vitória no pleito eleitoral, o que era um compromisso de campanha tornou-se parte integrante da agenda do governo. De acordo com reportagem do Nexo Jornal (2020), em 2019 três empresas subsidiárias da Petrobrás foram vendidas e a meta é que várias outras estatais, dos mais variados ramos, sejam negociadas nos anos seguintes. A Secretaria Especial de Desestatização, vinculada ao Ministério da Economia, trabalha ativamente e, segundo o secretário da pasta, Salim Mattar, em abril de 2020, 17 empresas públicas estavam em processo de privatização (BRASIL, 2020).

Com argumentos de lado a lado, não há indícios que, após 40 anos, o assunto seja passível de consenso. Principalmente levando em conta o pensamento de Dweck (2000), de que a privatização tem se mostrado acima de tudo uma questão política e ideológica, mesmo aparentando sempre ser guiada por questões econômicas, segundo a autora, apenas como forma de legitimação. Cabe a universidade avançar nos estudos que possam lançar luz a todas as nuances que envolvem o tema. São as pesquisas acadêmicas que darão racionalidade as decisões futuras e respaldo científico aos governantes, seja qual for o posicionamento político dos mesmos.

Neste cenário, este trabalho pretende contribuir para esta área de conhecimento a partir de um levantamento da produção acadêmica sobre a temática privatização de empresas estatais no Brasil nos últimos 30 anos com o aporte da Revisão Sistemática de Literatura.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em quatro sessões. A primeira contempla a fundamentação teórica, com uma breve revisão conceitual sobre o assunto. A segunda, trata da metodologia empregada na pesquisa. A terceira, apresenta os resultados encontrados. E a última, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O surgimento das estatais no Brasil, no formato em que conhecemos hoje, remete a transição da década de 1930 para 1940, período de grande interferência do Estado na economia (TÁCITO, 1983). Estas empresas ofereciam a infraestrutura para que os agentes privados pudessem operar, atuavam em setores que implicavam na segurança nacional e realizavam atividades que eram inviáveis para os empresários da iniciativa privada (WAHRLICH, 1980). Esta não viabilidade se dava pelo alto custo e pelo elevado tempo de retorno dos investimentos (VICENTINO; DORIGO, 2001).

Nota-se, desde este primeiro momento, o importante papel desempenhado pelas empresas públicas como vetor para o desenvolvimento do país. Saurin e Pereira (1998), não veem esse movimento como algo planejado, mas como fruto da pressão das elites empresariais para que o Estado ficasse com a parte mais difícil do processo de industrialização. Para eles, esta política, que resultou na criação de grandes estatais, se estendeu até a década de 1950.

Neste interim, nasceram o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Nacional de Álcalis (CNA), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM) (KLIASS, 2018; VICENTINO; DORIGO, 2001; TÁCITO, 1983; WAHRLICH, 1980).

Durante os anos 1950, o crescimento industrial calcado no apoio do Estado ainda estava em rota ascendente. Surgiram as empresas pertencentes aos estados da federação, como, por exemplo, a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (WAHRLICH, 1980). Em 1953 foi criada a Petrobrás, empresa estatal que teria o monopólio na exploração e refino de petróleo (VICENTINO; DORIGO, 2001).

De 1960 ao final de 1970, citando apenas alguns dos nomes mais conhecidos, foram criadas: a Eletrobrás, o Banco da Amazônia (Basa), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e a Telebrás (KLIASS, 2018). O período com maior criação de estatais federais se iniciou em 1967 e em 1970 o Brasil era proprietário de mais de 200 empresas (WAHRLICH, 1980).

A condução de todo este aparato estatal levou o que era para ser uma solução a se transformar um grande problema. As empresas criadas para garantir o desenvolvimento do país se tornaram um emaranhado de entes autônomos fora de controle (ALMEIDA, 1999). O endividamento das estatais, causado principalmente pela contenção de tarifas e pela captação de recursos no exterior, tornou as empresas deficitárias e, conseqüentemente, dependentes da União (SAURIN; PEREIRA, 1998).

Diante desta realidade, a partir de 1979, o governo logrou ter maior domínio sobre suas empresas criando a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST). A lógica do Estado como promotor de bens e serviços começou a ser alterada. Em 1981, foi instituída a comissão Especial de Desestatização, primeiro flerte com a privatização, ainda que a expressão não tenha sido utilizada. A medida, apesar de não ter resultados práticos, deu eco às demandas do empresariado e da imprensa por uma diminuição da presença do Estado nas atividades produtivas (ALMEIDA, 1999).

Os anos 1980 foram decisivos para os novos rumos do Brasil. De acordo com Leme (2011), fatores internos e externos e a pressão de diferentes atores acabaram convergindo e resultando em reformas estruturais e nas privatizações. Para Siqueira (2008), neste período o Estado apenas devolveu a iniciativa privada algumas empresas que haviam sido incorporadas pelo poder público por situação de falência. Saurin e Pereira (1998) destacam as mudanças ocorridas na legislação, em 1986 e 1988, que já indicavam o que aconteceria na década seguinte.

Em 1990, entrou em vigor a lei 8031/1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND). A intenção do governo era privatizar grandes empresas em um curto período de tempo, o que efetivamente não aconteceu. Porém, o PND alcançou resultados maiores do que os obtidos em toda a década anterior (PINHEIRO; GIAMBIAGI, 2000). Neste período foram privatizadas empresas do ramo siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes (SIQUEIRA, 2008; ALMEIDA, 1999).

Para Pinheiro e Giambiagi (2000), a partir de 1995 o processo de privatização iniciou sua fase mais abrangente. As mudanças na legislação possibilitaram a quebra de monopólios, a venda de estatais e a concessão de serviços públicos de várias naturezas, a nível federal e estadual. Segundo os autores, do final de 1991 ao início de 1999, 115 empresas foram vendidas. De acordo com Biondi (2003), Telebrás, CVRD, CSN e empresas e bancos estaduais fazem parte da grande lista de estatais privatizadas no período.

Nos anos 2000, apesar da diminuição na intensidade, as privatizações continuaram. De acordo com os números BNDES, entre 2003 e 2015 foram incluídos no programa, dentre outros, o IRB, bancos estaduais e aeroportos, além de um grande número de concessões nas mais variadas áreas (BNDES, 2020).

3. METODOLOGIA

Seguindo as definições estabelecidas por Castellani e Fernandes (2016, p. 117-121), este trabalho tem uma abordagem qualitativa, “que estabelece a descrição como ponto central da pesquisa”. Quanto aos objetivos, pode ser classificado como exploratório e descritivo, pois “busca tornar um problema e/ou fenômeno mais explícito” e descreve “as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Neste sentido, se utilizou ainda da pesquisa do tipo bibliográfica, “elaborada a partir de material já publicado”.

Como o objetivo desta pesquisa é fazer um levantamento da produção acadêmica sobre a privatização das estatais brasileiras nos últimos 30 anos, a Revisão Sistemática de Literatura é utilizada para tal fim. De acordo com Teixeira e Demarchi (2016, p. 136), “a RSL é uma metodologia rigorosa para identificar estudos publicados sobre um tema de interesse, utilizando uma busca sistematizada de artigos na literatura [...]”.

Com o intuito de alçar uma abrangência significativa, optou-se por buscar artigos acadêmicos publicados nos últimos 30 anos, que compreende os anos 1990 a 2019. Ainda pensando em um raio de busca realmente relevante, a pesquisa foi feita diretamente no portal de periódicos da Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>), o que possibilita o acesso ao material disponível em um número gigantesco de periódicos e bases de dados.

Após entrar no portal de periódicos da Capes, se fez o acesso a “busca avançada”, na opção “busca por assunto”. Os filtros utilizados neste primeiro momento foram “tipo de material”: “artigos”; “em qualquer idioma”; “data inicial: 01/01/1990”, “data final: 31/12/2019”; e que contenham no título as palavras: “privatização OR privatizações”. Neste passo o sistema retornou com 183 artigos encontrados.

A fim de refinar a qualidade do material, marcou-se a opção, “mostrar somente periódicos revisados por pares”, com isto o número de artigos caiu para 141. Como a intenção deste trabalho é verificar a produção acadêmica somente na área de privatização de estatais no Brasil e os trabalhos que circundem o tema, não sendo de interesse, por exemplo, artigos que tratem da terceirização ou da Parceria Público Privada (PPP), optou-se por excluir os tópicos, “*public health*”; “*education e educational research*”; e “*education*”.

Após toda esta filtragem, restaram 109 artigos. Para se ter uma ideia do alcance da busca, os trabalhos estavam localizados em 15 diferentes bases de dados. O passo seguinte foi fazer a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave de todos os trabalhos, fazendo a separação entre os que se enquadravam e os que não faziam parte do escopo deste levantamento. No decorrer deste processo, 12 artigos estavam repetidos e um não tinha a versão completa disponível para leitura.

Dos 96 artigos que ficaram na seleção, 65 não tinham relação direta com o tema. Com isto, restaram 31 trabalhos relacionados ao objetivo deste estudo. Em uma planilha de dados, foram incluídos o título, o objetivo, o resultado, as palavras-chave, o tipo de pesquisa, o (a (s) /s) autor (a (s) /es), o periódico e o ano de publicação de cada um dos artigos.

A título de curiosidade, a fim de evitar falhas, utilizando-se os mesmos parâmetros, se buscou a palavra “desestatização”, um sinônimo de privatização frequentemente usado. Dois artigos foram encontrados, ambos já pertencentes à lista dos trabalhos relacionados ao tema.

4. RESULTADOS

A tabela 1 dispõe, por ano de publicação, os 31 artigos selecionados. Apesar da busca cobrir o intervalo que vai de 1990 a 2019, até 1997 nenhuma publicação foi encontrada. O mesmo aconteceu nos anos de 2003, 2004, 2016 e 2019. Ou seja, nos 30 anos cobertos por este estudo, em 12 não apareceram resultados.

Tabela 1 – Publicações por ano

ANO	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO
1998	Privatização e estratégias corporativas: uma análise da experiência brasileira no período 1990-1994
	O Programa Nacional de Desestatização: aspectos relevantes da política de privatização
	Globalização e políticas públicas no Brasil: a privatização das comunicações entre 1995 e 1998
1999	Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil
2000	O movimento de privatização dos anos oitenta: reais motivos
2001	Transformação do contrato psicológico no contexto da privatização: estudo de casos
2002	A privatização de empresas siderúrgicas brasileiras: reflexos na gestão de recursos humanos
2005	Judiciário e privatizações no Brasil: existe uma judicialização da política?
	O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas
2006	Determinantes das atitudes do eleitorado brasileiro com relação à privatização e aos serviços públicos
2007	Executivos e gerentes de empresas estatais às vésperas da privatização
2008	Efeitos de sentido da nominalização “privatização” no discurso da imprensa
2009	Privatização e processo decisório
	Instituições e privatização: uma análise do programa brasileiro de desestatização
	Poder público e sindicato: um olhar à privatização das centrais elétricas do Pará
2010	Privatização e mudanças organizacionais: um estudo de caso sobre transformação cultural e comportamental
	Privatização: Bom ou Ruim? Lições do setor de distribuição de energia elétrica do nordeste Brasileiro
	“Privatização”, “desestatização” e “venda”: sinonímia e efeitos de sentido no discurso da imprensa
2011	Estado e privatização: um debate sociológico, uma questão política
	Privatização dos serviços de saneamento: uma análise qualitativa à luz do caso de Cachoeiro de Itapemirim (ES)
2012	A privatização como instrumento de passagem do estado social para o estado regulador
	A privatização de uma empresa: Uma ação econômica enraizada nas relações sociais
2013	O impacto da privatização no desempenho econômico: um estudo em empresas brasileiras de grande porte
2014	A dinâmica do significado do trabalho na iminência de uma privatização
	Análise de resultados de indicadores de gestão e de regulação após a privatização: estudo de caso da Light Serviços de Eletricidade
2015	A mudança da carreira dos dirigentes após o processo de privatização: estudo de caso no setor elétrico paulista
	Privatização das companhias estaduais de saneamento: uma análise a partir da experiência de Minas Gerais
	Volta redonda pós-privatização da cia. Siderúrgica nacional: A crise de uma cidade monoindustrial em busca de uma nova identidade econômica
	Propriedade e controle dos setores privatizados no Brasil: uma avaliação da reestruturação societária pós privatização
2017	Privatização da Cedae: na contramão do movimento mundial de municipalização dos serviços de saneamento
2018	Um Modelo de Privatização Completa Via Leilão para os Correios

Fonte: o autor

O ano em que mais artigos foram publicados foi 2015, no total, quatro. Logo depois, com três publicações em cada, aparecem os anos de 1998, 2009 e 2010. Os anos em que houveram dois trabalhos publicados foram, 2002, 2011, 2012 e 2014. Em 1999, 2000, 2001, 2005, 2006, 2007, 2008, 2013, 2017 e 2018, só um trabalho foi publicado durante o ano. A média anual de publicações, considerando o recorte de 30 anos, é de 1,03 trabalho por ano.

Os 31 trabalhos foram publicados em 26 periódicos das mais diversas áreas. A revista DADOS – Revista de Ciências Sociais foi a que mais publicou sobre o tema. No total, três publicações. Os periódicos: Revista de Administração Contemporânea, Revista de Ciências da Administração e Civitas publicaram dois artigos cada. Os demais contribuíram com um trabalho cada.

A respeito da quantidade de autores envolvidos em cada trabalho, mais da metade foi escrito por pesquisadores que atuam sozinhos. Os outros artigos tiveram de dois a quatro integrantes envolvidos em sua produção. A tabela 2 demonstra detalhadamente estes números.

Tabela 2 – Quantidade de autores por artigo

QUANTIDADE DE AUTORES	NÚMERO DE ARTIGOS
4	3
3	2
2	9
1	17

Fonte: o autor

É válido ressaltar que, apenas quatro autores publicaram mais de um artigo. Cada um deles escreveu dois trabalhos. Isto, além da baixa quantidade de publicações por ano, pode significar que poucos pesquisadores têm se interessado pelo tema. No total, foram 49 pesquisadores envolvidos na produção dos 31 artigos.

Com o intento de identificar qual o foco das pesquisas sobre o tema e tornar mais didática a apresentação dos resultados, os artigos aqui analisados foram divididos em quatro categorias: análise de discurso, análise documental, artigo teórico e estudo de caso. A análise de discurso foi utilizada em trabalhos que, em geral, buscaram entender o que se falou ou escreveu a

respeito das privatizações de forma a elucidar as verdadeiras intenções dos interlocutores ou a percepção de quem recebeu a informação.

Os trabalhos categorizados como análise documental discorrem sobre o tema a partir de questões marginais. A privatização de estatais está presente, mas não é o foco. Estes estudos tratam o assunto de forma mais abrangente, analisando fatos pré e pós privatizações. Os artigos teóricos são trabalhos baseados na bibliografia já existente sobre o tema. Neles são apresentados fatos ligados à história das privatizações e ao Estado. Não são fruto de um caso específico, trabalham o tema de maneira ampla e conceitual.

Os artigos classificados na categoria estudos de caso tratam da questão prática da privatização. Neles são analisados casos concretos e empíricos. Desta forma, estes trabalhos estão diretamente ligados ao tema. A tabela 3 demonstra a quantidade de trabalhos presentes em cada categoria. A maioria dos trabalhos foi enquadrado como estudo de caso. Os 16 artigos desta categoria tratam da privatização a partir de situações ocorridas na prática. Pode-se considerar que estes estudos são os que possuem maior poder de embasar casos futuros. Além destes, sete trabalhos foram categorizados como artigo teórico, cinco como análise documental e três como análise de discurso.

Tabela 3 – Quantidade de artigos por categoria

CATEGORIA	QUANTIDADE DE ARTIGOS
Análise de discurso	3
Análise documental	5
Artigo teórico	7
Estudo de caso	16

Fonte: o autor

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi mensurar a produção acadêmica sobre a privatização de empresas estatais no Brasil. Para isto, lançou-se mão de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSV) que buscou artigos científicos publicados em revistas acadêmicas nos últimos 30 anos. Com a intenção de cobrir o maior raio possível, a pesquisa foi feita diretamente no portal de periódicos da Capes, o que possibilitou um alcance que não seria

possível se fosse utilizada qualquer outra base de dados. Diante disto, este artigo cumpriu seu objetivo.

No entanto, embora haja a possibilidade de o assunto estar sendo abordado em trabalhos que não fizeram parte do escopo desta pesquisa, como congressos, dissertações e teses, os resultados encontrados não são animadores. A produção se mostrou bastante incipiente, muito aquém da relevância do assunto. De 1990 a 2019 foram publicados 31 artigos relacionados ao tema, média de 1,03 por ano. Outro fator que chama atenção é que a maioria dos trabalhos foi fruto de uma única empreitada dos autores a respeito do assunto, o que talvez signifique uma descontinuidade nas pesquisas sobre privatizações.

O contexto atual inspira o fortalecimento do conhecimento científico nesta área. A iminência de um novo avanço sobre as empresas estatais exige, mais do que nunca, que o tema seja debatido e estudado. O que se espera é que, mesmo diante das limitações e da forma sucinta como este trabalho foi apresentado, tenha sido dada uma pequena parcela de contribuição.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. DE. Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil. **Dados**, v. 42, n. 3, p. 421–451, 1999.

ARRUDA, M. DE. Um Modelo de Privatização Completa Via Leilão para os Correios.

MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics, v. 6, n. 2, 18 ago. 2018.

BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. O. Determinantes das atitudes do eleitorado brasileiro com relação à privatização e aos serviços públicos. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 38–56, maio 2006.

BERTOLINI, Sonia Maria Marques Gomes (org.). **Pesquisa científica: do planejamento à divulgação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

Biondi, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Histórico**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Historico>. Acesso em: 20 jun. 2020

BRASIL. Ministério da Economia. **Privatizações irão ajudar na retomada dos empregos, indica Salim Mattar**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/privatizacoes-irao-ajudar-na-retomada-dos-empregos-indica-salim-mattar>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. TSE. **Propostas de governo dos candidatos ao cargo de presidente**. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARDOSO, V. I. C.; MAIA, A. B. G. R.; SANTOS, S. M. D.; SOARES, F. A. O impacto da privatização no desempenho econômico: um estudo em empresas brasileiras de grande porte. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 12, n. 3, p. 183-211, 2013.

CHAVES, A. B. P.; FRAZÃO, P. S. P. Poder público e sindicato: um olhar à privatização das centrais elétricas do Pará. **Estudos de Sociologia**, v. 14, n. 26, 31 mar. 2009.

COELHO, A. F. C. A PRIVATIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PASSAGEM DO ESTADO SOCIAL PARA O ESTADO REGULADOR. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, v. 84, n. 1, 2012.

DWECK, R. H. O movimento de privatização dos anos oitenta: reais motivos. **Nova Economia**, v. 10, n. 2, 2000.

FERRAZ, A. S. Privatization and the decision-making process. **Dados**, v. 52, n. 2, p. 425–469, jun. 2009.

FERREIRA, É. C. DO V. et al. Privatização e mudanças organizacionais: um estudo de caso sobre transformação cultural e comportamental. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 3, p. 468–491, set. 2010.

FILARDI, F.; LEITE, A. L. DA S.; TORRES, A. A. G. Análise de resultados de indicadores de gestão e de regulação após a privatização: estudo de caso da Light Serviços de Eletricidade. **Revista de Administração** (São Paulo), v. 49, n. 1, p. 18–32, mar. 2014.

FILHO, F. F. P. "'Privatização', 'desestatização' e 'venda': sinonímia e efeitos de sentido no discurso da imprensa." Veredas - **Revista de Estudos Linguísticos**, 2010.

FILHO, F. F. P. Efeitos de sentido da nominalização “privatização” no discurso da imprensa. **Signótica**, v. 20, n. 2, p. 309–333, 2008.

GONÇALVES, M. B. V. B. privatização da Cedae: na contramão do movimento mundial de remunicipalização dos serviços de saneamento. **Geo UERJ**, v. 0, n. 31, p. 81–103, 30 dez. 2017.

KLIASS, P. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **O Debate sobre a atuação empresarial estatal no país: principais argumentos**. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8626>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LEAL, M. C. D. Media discourse on privatization and street protest. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 21, n. SPE, p. 73–92, 2005.

LEME, A. A. Estado e privatização: Um debate sociológico, uma questão política. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 11, n. 2, p. 339–360, 16 set. 2011.

LIMA, V. A. DE. Globalização e políticas públicas no Brasil: a privatização das comunicações entre 1995 e 1998. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 118–138, dez. 1998.

MAGALHÃES, C. H.; RODRIGUES, M. DE S. Volta redonda pós-privatização da Cia. Siderúrgica Nacional: a crise de uma cidade monoindustrial em busca de uma nova identidade econômica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 2, 12 jul. 2015.

MATSUDA, P. M.; DONADONE, J. C. A mudança da carreira dos dirigentes após o processo de privatização: estudo de caso no setor elétrico paulista. **Gestão & Produção**, v. 22, n. 2, p. 419–430, jun. 2015.

NETO, A. J. P. Executivos e gerentes de empresas estatais às vésperas da privatização. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 86–108, 17 out. 2007.

NETO, P.; JOSÉ, A. A privatização de uma empresa: uma ação econômica enraizada nas relações sociais. **Caderno CRH**, v. 25, n. 66, p. 391–408, dez. 2012.

NEXO JORNAL (Brasil). **Quais empresas o governo federal quer privatizar em 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/01/08/Quais-empresas-o-governo-federal-quer-privatizar-em-2020>. Acesso em: 20 jun. 2020.

OLIVA, E. DE C. A privatização de empresas siderúrgicas brasileiras: reflexos na gestão de recursos humanos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 141–161, abr. 2002.

OLIVEIRA, T. G. D.; LIMA, S. C. R. B. D. privatização das companhias estaduais de saneamento: uma análise a partir da experiência de minas gerais. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 253–272, set. 2015.

OLIVEIRA, T. G. DE; REZENDE, S.; HELLER, L. Privatização dos serviços de saneamento: uma análise qualitativa à luz do caso de Cachoeiro de Itapemirim (ES). **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 16, n. 4, p. 395–402, dez. 2011.

OLIVEIRA, V. E. DE. Judiciário e privatizações no Brasil: existe uma judicialização da política? **Dados**, v. 48, n. 3, p. 559–686, set. 2005.

PALASSI, M. P.; SILVA, A. L. DA. A Dinâmica do Significado do Trabalho na Iminência de uma Privatização. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 38, p. 47–62, 14 abr. 2014.

PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (Ed.). **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2000. 370 p.

PINHO, M.; SILVEIRA, J. M. S. J. DA. Privatização e estratégias corporativas: uma análise da experiência brasileira no período 1990-1994. **Nova Economia**, v. 8, n. 2, 1998.

ROCHA, M. A. M. DA; SILVEIRA, J. M. F. J. DA. Propriedade e controle dos setores privatizados no Brasil: uma avaliação da reestruturação societária pós-privatização. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, n. 1, p. 49–73, abr. 2015.

SAURIN, V.; PEREIRA, B. A. D. O Programa Nacional de Desestatização: aspectos relevantes da política de privatização. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 0, p. 43–59, 1 jan. 1998.

SILVESTRE, B. DOS S. et al. Privatization: good or bad? Lessons from the electricity distribution sector in the northeast of Brazil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 94–111, mar. 2010.

SIQUEIRA, S. DE S. instituições e privatização: uma análise do programa brasileiro de desestatização. **Gestão e Sociedade**, v. 2, n. 4, 2008.

TÁCITO, C. Direito administrativo e direito privado nas empresas estatais. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 151, p. 22-28, jan. 1983. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43723/42433>>. Acesso em: 21 jun. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v151.1983.43723>.

Vicentino, Cláudio; Dorigo, Gianpaolo. **História para o ensino médio: história geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001.

WAHRLICH, B. M. D. S. Controle político das empresas estatais federais no Brasil - uma contribuição ao seu estudo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 5 a 37, mar. 1980. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7570>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

WETZEL, U. Transformação do contrato psicológico no contexto da privatização: estudo de casos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. SPE, p. 217–235, 2001.